

REFLEXÕES SOBRE O ACESSO ABERTO À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

Hamilton Rodrigues Tabosa
Maria Naires Alves de Souza
Denyse Maria Borges Paes

RESUMO: Este artigo objetiva discutir aspectos da produção do conhecimento científico na Universidade e os modelos de acesso aberto a esse tipo de conhecimento. Aborda questões sobre a relação entre a informação científica e as bibliotecas universitárias, além de apresentar conceitos, objetivos e as principais iniciativas de acesso aberto à informação científica no Brasil e no mundo, mostrando também algumas dificuldades à aceitação e implementação de mais repositórios de acesso aberto à informação técnico-científica. Quanto à metodologia utilizada para a construção dos argumentos apresentados neste artigo foi empreendida pesquisa bibliográfica e, como resultados gerais, verificamos a preocupação das universidades em dispor a produção científica realizada pelos docentes e discentes, assim também como uma diversidade de iniciativas em vários países em prol do acesso aberto.

PALAVRAS-CHAVE: Informação Científica. Acesso Aberto. Biblioteca Universitária.

Hamilton Rodrigues Tabosa

hrtabosa@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/5194942555377349>
Professor do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Maria Naires Alves de Souza

marianaires@yahoo.com.br
<http://lattes.cnpq.br/0494417762888916>
Bibliotecária da Universidade Federal do Ceará (UFC). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Denyse Maria Borges Paes

denyse_mb@yahoo.com.br
<http://lattes.cnpq.br/2496181844579413>
Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Submetido em: 01/05/2013
Publicado em: 22/06/2013

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca discutir aspectos da produção do conhecimento científico na Universidade e os modelos de acesso aberto a esse tipo de conhecimento. Acreditamos que para que a comunicação científica se popularize, fazendo que o conhecimento gerado nas Universidades e demais instituições de pesquisa possam, de fato, ser utilizadas pela sociedade na resolução de problemas, é desejável sua total disponibilização e acesso à comunidade científica e a quem por ele se interesse.

O conhecimento científico produzido dentro das universidades públicas deveria também ter o caráter público para o seu acesso. Frente a essa problemática, realizamos uma pesquisa bibliográfica com o intuito de conhecer como o acesso aberto à informação científica vem sendo tratado no Brasil e em países do exterior, trazendo para debate algumas questões referentes a esse tema.

2 A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

As universidades têm, entre seus objetivos, o desenvolvimento e a promoção do conhecimento. É através das comunicações científicas que os membros da comunidade acadêmica promovem a disseminação do conhecimento científico e das pesquisas em andamento ou concluídas. Acompanhando os argumentos de Leite (2006), citado por Oliveira (2008, p. 16), entendemos que a comunicação científica refere-se ao:

intercâmbio de informação e conhecimento entre cientistas, envolvendo ainda todas as questões relacionadas com a produção do conhecimento, a sua disseminação e uso. Pode ser entendida como o processo dinâmico e complexo por meio do qual o conhecimento científico é veiculado, além de proporcionar os meios de interação dentro e entre as

comunidades científicas, possibilitando a criação, compartilhamento, e utilização de conhecimento.

Kuramoto (2008) diz que a informação científica é o elemento fundante para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país. Assim, para que essa informação seja adquirida e cause transformações tecnológicas e sociais é imprescindível que a mesma seja acessível à comunidade científica e a quem por ela se interesse. No entanto, várias são as dificuldades relacionadas ao acesso a essas informações, como por exemplo, o elevado custo dos periódicos, seja por posse ou acesso.

Os cientistas e pesquisadores são, em sua maioria, mantidos por instituições que financiam suas pesquisas. Essas instituições financiadoras muitas vezes são as mesmas que pagam para ter acesso aos trabalhos publicados pelos seus próprios pesquisadores e por outros.

Ressalta-se que a legislação brasileira contempla o direito à informação e, ao mesmo tempo, resguarda o direito autoral. Com isso, verifica-se que o direito à informação é considerado público, um direito de todos os cidadãos, porém não são todas as informações a que se pode ter acesso público e gratuito. Neste contexto, as bibliotecas universitárias se caracterizam como facilitadoras da divulgação de informação científica, uma vez que as sempre fizeram parte das universidades e se integram às pesquisas e ao ensino da comunidade acadêmica, funcionando como aporte para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As bibliotecas universitárias são vistas como um espaço de valorização da vida acadêmica que proporciona meios de instrução em benefício do ensino e aprendizagem, atuando como órgão de apoio informacional. Segundo Gomes e Barbosa (2003), a Biblioteca Universitária está relacionada à provisão, disseminação e transferência da informação de forma a

viabilizar a atuação plena da universidade nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e, principalmente, dando subsídio ao funcionamento de cursos de graduação e pós-graduação e a produção e transferência de conhecimento. Esse autores colocam a Biblioteca Universitária em uma valorizada posição central quanto às atividades fundamentais de uma Universidade, enquanto para Pizzorno (2003, p. 30).

A biblioteca universitária é um órgão de extrema importância para que a Universidade possa funcionar como agente positivo das mudanças sociais necessárias, pois é a biblioteca que possibilita, por meio de seus documentos, o conhecimento da realidade e a discussão sobre a mesma.

Diante disso, percebe-se que as bibliotecas são de grande importância para as universidades, são as responsáveis por dar suporte e oferecer serviços que atendam às necessidades informacionais de seus usuários. Partindo desse pressuposto, faz-se mister a adoção de instrumentos que possibilitem o livre acesso às informações, estabelecendo critérios que permitam a adoção de rotinas que garantam qualidade no atendimento das necessidades informacionais da comunidade acadêmica. Na discussão aqui proposta chamamos atenção especial para as publicações científicas que se encontram disponíveis em periódicos. Como destaca Severino (2000, p. 198), o papel dos periódicos e das revistas científicas:

[...] é fundamentalmente a comunicação dos resultados dos trabalhos de pesquisa à comunidade científica e à própria sociedade como um todo. Elas promovem normas de qualidade na condução da ciência e na sua comunicação. Consolidam critérios para a avaliação da qualidade da ciência e da produtividade dos indivíduos e instituições. Consolidam áreas e subáreas de conhecimento. Garantem a memória da ciência. Representam o mais importante meio de disseminação do conhecimento em escala. São instrumentos de grande importância na constituição e institucionalização de novas disciplinas e disposições específicas.

No tocante aos periódicos, podemos considerá-los como fontes informacionais de fundamental importância, pois são

constituídas por novas informações, novas interpretações de teorias ou novos pontos de vista, sendo indispensáveis para o desenvolvimento de pesquisas, favorecendo a comunicação científica e a difusão das informações.

Prado (1992) diz que, através dos periódicos, a informação científica chegará mais rápido às mãos do usuário, podendo isso acontecer no prazo impraticável de uma semana, enquanto o livro pode demorar meses. Prado (1992) não ousaria dizer isso nos dias de hoje, quando um artigo de periódico pode demorar anos para ser publicado, devido à corrida/disputa dos pesquisadores pela publicação em periódicos bem avaliados no Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (BRASIL, 2010). Naturalmente, os periódicos no topo do ranking são poucos e todos querem neles publicar, o que gera uma demanda tão exorbitante de submissões de artigos, que os corpos editoriais dos periódicos, normalmente, salvo raríssimas exceções, não dão conta de avaliar os artigos em tempo hábil. E essa é mais uma razão que repercute no preconceito de alguns pesquisadores em publicar seus resultados de pesquisa em plataformas abertas, onde não haja a avaliação Qualis, o que gera um ciclo vicioso. Para Baptista et al. (2007, p. 2):

O acesso livre, [...] é simultaneamente o resultado: (1) de uma reação dos pesquisadores ao modelo de negócios de editoras comerciais de revistas científicas (e seus preços cada vez mais altos [...] de assinatura); e da (2) crescente conscientização do aumento de impacto provocado pela disponibilização de documentos científicos livres de barreiras ao acesso.

Atualmente, as Bibliotecas Universitárias assinam portais eletrônicos de informação científica que implicam na atualização das coleções, gerando, ainda, economia de espaço físico, dentre outros. Mesmo com tantas vantagens, tais publicações vêm gerando impasses no que se refere ao seu acesso. Assim, percebe-se a necessidade de a Universidade, as

instituições de pesquisa e as agências de fomento se posicionarem e buscarem meios que venham a sanar as questões existentes.

Segundo Evangelista et al. (2005 apud GAMA, 2008, p. 12),

é importante o surgimento de soluções para que os profissionais da informação possam cumprir o papel de tornar pública a informação gerada pela sociedade, para que as pessoas possam utilizá-la na criação de novos conhecimentos, novos bens e riquezas [...].

A seguir serão abordadas algumas questões que permeiam o acesso aberto.

3 O ACESSO ABERTO À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

Acesso aberto é a disponibilidade livre e pública do conhecimento científico de forma a permitir a todo e qualquer usuário a leitura, *download*, cópia, impressão, distribuição ou uso para propósito legal. Os formatos principais de acesso aberto ligado ao conhecimento científico são os repositórios digitais e as revistas científicas *online*. Dentre suas vantagens estão: acessibilidade e visibilidade à produção científica, redução de custos, integração e rapidez na circulação da informação.

O movimento *open access* (acesso aberto) iniciou-se com a Declaração de Budapeste (*Budapest Open Access Initiatives*) em dezembro de 2001, quando as universidades europeias foram envolvidas num esforço internacional para disponibilizar artigos de pesquisa em todas as áreas acadêmicas gratuitamente na internet, ou seja, o acesso aberto à literatura remota acadêmica. Essa iniciativa foi assinada por todos os participantes de Budapeste e um número crescente de indivíduos e organizações que representavam pesquisadores, universidades, laboratórios, bibliotecas, fundações, revistas,

editoras, associações e afins aderiram à filosofia do acesso aberto.

A partir daí, várias instituições passaram a apoiar o movimento, tais como: a *Association College & Research Libraries* (ACRL), a *Bethesda Statement on Open Access Publishing*, a *Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities*, a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para a Cooperação e Declaração de Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) que divulgou a Declaração da IFLA sobre o Acesso Livre à literatura acadêmica e documentação de investigação em 2004 e a Declaração de Salvador.

O movimento rumo ao acesso aberto foi construído por mais de uma década tendo surgido dentro da comunidade científica preocupada em maximizar a difusão e impacto dos trabalhos acadêmicos. Essa moção tomou forma concreta em três declarações: Declaração de Budapeste, Declaração de Bethesda e Declaração de Berlim.

Segundo a *Budapest Open Access Initiative* (2002), a finalidade do acesso livre seria desfazer as barreiras que impedem o acesso à literatura científica o que, conseqüentemente, iria acelerar a pesquisa, fortalecer a educação e difundir o conhecimento de maneira geral, tirando dela seu máximo proveito e assentando as bases para a união da humanidade em uma ampla e inédita conversação intelectual comum em sua marcha pelo conhecimento.

No Brasil, o movimento do acesso livre tomou forma em 2005 com o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica, com a Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto e com a Carta de São Paulo (MANIFESTO...,

2012). Em 2006, ocorreu a Declaração de Florianópolis. Todos visando contribuir para a transformação da comunicação científica no país.

O acesso aberto anda de mãos dadas com o ensino superior, embora não digam respeito apenas às Instituições de Ensino Superior e ao público acadêmico. Abrir o acesso a todos os resultados de pesquisas, dados, relatórios e todo tipo de texto acadêmico soa como paraíso para estudantes e pesquisadores, que se esforçam para encontrar a bibliografia mais recente através dos recursos disponíveis nas bibliotecas universitárias.

A *internet* alterou completamente a forma como matérias e documentos científicos são fornecidos, ou seja, o manejo tradicional das coleções mudou e trouxe consequências sobre as relações entre editoras, bibliotecas e leitores, criando um novo modelo para comunicação acadêmica. Todo esse contexto tem exigido a colaboração das autoridades, universidades, bibliotecas e também dos pesquisadores.

Em 2004, a Organização para a Cooperação e Declaração de Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou um comunicado no qual instou aos países signatários a promover o acesso livre para documentação científica gerada por pesquisas financiadas com recursos públicos, de modo a obter o máximo de fomento do investimento e a promover o progresso através do conhecimento científico.

De acordo com Bravo e Diez (2007), os pontos fortes do movimento de acesso aberto residem nas suas vantagens com respeito à disponibilidade e ao acesso a publicações eletrônicas e que o seu sucesso está nas mãos das autoridades educacionais, pesquisadores, universidades, editoras e gestores de repositórios de pesquisas.

Nos EUA e Reino Unido os legisladores estão empenhados em exigir o livre acesso às publicações científicas que resultem de pesquisas financiadas com dinheiro público. As organizações que financiam as pesquisas têm investido na divulgação mais ampla possível dos resultados das investigações e estão em movimento para promover o acesso aberto e elas. Esse movimento tem se espalhado em âmbito mundial e o anseio por rapidez por parte do público, tem levado os autores a postarem seus artigos ou trabalhos em alguns repositórios de acesso aberto.

O futuro, segundo Chantavaridou (2009) serão de repositórios com serviços de coleta e projetos transfronteiriços, onde as campanhas governamentais devem entrar, depois de anos em que apenas pesquisadores e acadêmicos lutam para que suas vozes sejam ouvidas.

4 INICIATIVAS DE ACESSO ABERTO À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL E NO MUNDO

A evolução do movimento de acesso aberto é uma tendência mundial, caracterizada, principalmente, pelas iniciativas gestadas dentro das comunidades acadêmicas. Por meio delas, são apresentadas ações que buscam viabilizar o acesso aberto à produção científica. Dentre estas ações, destacamos as seguintes:

O *Director of Open Access Repositories* (OpenDoar), serviço que lista os repositórios acadêmicos de acesso livre do Reino Unido. Ele permite que o usuário realize busca de artigos originais nos repositórios e seus conteúdos. (BRAVO; DIEZ, 2007). É um dos serviços do *Securing a Hybrid Environment for Research Preservation and Access* (SHERPA), executado pelo *Centre for Research Communications* (CRC) pela

Universidade de Nottingham. Ele tem sido identificado como um recurso fundamental para o *open access*, segundo Oliver e Swain (2006), assim como é identificado como o líder em diretórios de repositório.

Chantavaridou (2009) descreve várias iniciativas de acesso aberto na Europa, tais como:

a) O SHERPA, do Reino Unido, consórcio formado por trinta e três parceiros e instituições afiliadas, incluindo universidades de grande e pequeno porte (Cambridge, Oxford, Edinburgh), bem como a Biblioteca Britânica;

b) O *Digital Academic Repositories* (DARE) é um repositório digital acadêmico desenvolvido nas universidades holandesas cujo objetivo é tornar os resultados das pesquisas de suas universidades públicos e disponíveis em meio eletrônico;

c) A *Digitala Vetenskapliga Arkivet* (DIVA), dos países escandinavos, portal que suporta a publicação eletrônica de quinze universidades da Suécia e da Noruega, contendo principalmente teses e relatórios de pesquisas, *preprints* e *posprints* de artigos;

d) *Norwegian Open Research Archives* (NORA), projeto de iniciativa da Noruega criada para facilitar a padronização entre os repositórios de acesso aberto, acadêmicos ou não;

e) *OpenAccess.se*, projeto liderado pela Biblioteca Nacional da Suécia para promover o máximo de acessibilidade aos trabalhos científicos produzidos;

f) A Universidade de Southampton (Reino Unido) desenvolveu um software para a criação de repositórios *EPrints*;

g) O *arXiv* criado pelo físico Paul Ginsparg disponibiliza um grande número de documentos em física, matemática, ciência da computação, biologia e estatísticas;

h) O *Flexible Architecture Repositorio Extensible Digital Object* (Fedora), *software* para sistemas digitais de repositórios abertos, desenvolvido pela Universidade de Cornell juntamente com a Universidade de Virgínia. É não somente para

comunicação acadêmica, mas também para arquivos digitais, sistemas de acesso aberto de periódicos, entre outros;

i) *Rights Metadata for Open-archiving* (ROME), projeto desenvolvido em 2003 pelo Reino Unido, tendo adotado duas principais estratégias que são: auto-arquivamento do autor em repositórios institucionais e a disponibilidade gratuita de revistas eletrônicas (GADD; OPPENHEIM; PROBETS, 2003).

Diante desse panorama, evidencia-se que o Brasil também tem promovido iniciativas favoráveis ao acesso aberto, das quais se menciona o Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2011, que dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como por outras instituições de pesquisa. O projeto propõe a criação obrigatória de repositórios institucionais, conforme descrito no artigo 1º:

As instituições de educação superior de caráter público, bem como as unidades de pesquisa, ficam obrigadas a construir repositórios institucionais de acesso livre, nos quais deverá ser depositado, obrigatoriamente, o inteiro teor da produção técnico-científica conclusiva dos estudantes aprovados em cursos de mestrado, doutorado, pós-doutorado ou similar, assim como, da produção técnico-científica, resultado de pesquisas científicas realizadas por seus professores, pesquisadores e colaboradores, apoiados com recursos públicos para acesso livre na rede mundial de computadores. (BRASIL, 2011).

Há ainda o DSpace, *software* desenvolvido em conjunto pelas bibliotecas do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) da *Cambridge University* e da *Hewlett-Packard*. O sistema DSpace possibilita a criação de repositórios digitais com funções de captura, distribuição e preservação da produção intelectual, permitindo sua adoção por outras instituições em forma consorciada federada. Os repositórios DSpace permitem o gerenciamento da produção científica em qualquer tipo de material digital, dando-lhe maior visibilidade e garantindo a sua acessibilidade ao longo do tempo. (BRASIL, 2012).

É importante observar que no Brasil as Instituições de Ensino Superior utilizam esse *software* com a finalidade de construir seus repositórios institucionais. Como exemplo, destacam-se as seguintes instituições: Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal de São Paulo, entre outras, podendo ser conferidas no *site* do IBICT.

Na China, há o chamado licenciamento legal que é uma espécie não voluntária de licenciamento, quando os usuários podem explorar os documentos sem a permissão do titular, mas tendo que pagar indenização e sem o prejuízo de outros direitos do proprietário, válidos para livros didáticos e gravações de som. Também há organizações de gestão coletiva que representam os interesses dos proprietários de direitos autorais, podendo celebrar contratos de licenciamento com os usuários para exploração dos conteúdos das obras protegidas por direitos de autor.

Outras iniciativas relacionadas ao acesso à informação científica vislumbram o direito autoral, a fim de incentivar a inserção dos autores nos movimentos que defendem a causa do acesso aberto. O *Super Star Reader* (SSREADER) é um modelo de solução bem sucedida do *copyright* digital criado em 2000 na China, espécie de negociação pessoal entre usuário e autor. (XIANRONG; XIAO, 2009). Outro projeto nesse sentido é o *Creative Commons Licensing*, uma espécie de licenciamento de direitos autorais na *internet*, específicas para *sites*, trabalhos acadêmicos, músicas, filmes, fotografias, obras de literatura, dentre outras, baseados na concessão de direitos básicos. (XIANRONG; XIAO, 2009).

Destacam-se ainda, as bibliotecas digitais que oferecem serviços como consulta livre aos documentos remotos. No Brasil, temos

grandes exemplos dessas bibliotecas que são a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), a Biblioteca Digital Jurídica (BDJur) e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), idealizada pelo IBICT, que é um consórcio de Teses e Dissertações Eletrônicas reunindo o catálogo coletivo de instituições cooperantes. O portal Domínio Público é um ambiente virtual com objetivo de promover acesso às obras científicas, literárias e artísticas que já estejam em domínio público ou tenham divulgação autorizada.

No Brasil, um dos maiores exemplos de acesso aberto é o portal Scielo, iniciativa do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), constituindo-se de um sistema eletrônico de acesso a textos completos de revistas científicas. Disponibiliza importantes periódicos científicos brasileiros. Destaca-se como a primeira iniciativa de acesso livre em países em desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Universidades são as principais responsáveis pela produção do conhecimento científico. Nota-se, atualmente, que uma parcela significativa dessas informações está sendo apropriada por grandes conglomerados de editoras de periódicos científicos, causando danos à comunidade acadêmica, já que tais editoras estabelecem valores exorbitantes para o acesso às publicações que, na maioria das vezes, veiculam informações produzidas através do financiamento público.

Deparamo-nos, então, com uma situação em que a produção do conhecimento científico traz benefícios econômicos às editoras através dos direitos autorais cedidos pelos pesquisadores,

oferecendo contrapartidas quase nulas, atuando como a retentora dos lucros da atividade comercial de exploração da informação.

Evidenciou-se que o acesso aberto é uma tendência mundial, com iniciativas observadas em muitas Universidades com e sem indícios de apoio governamental. Verificou-se a preocupação das universidades em dispor a produção científica dos docentes e discentes de forma a torná-la acessível e que muitas informações são resguardadas por direitos autorais, o que traz à tona questões de ordem legal. Para tanto, essa literatura científica merece um tratamento especial, visto que contribui com a educação, com as pesquisas científicas e com o desenvolvimento tecnológico, econômico e cultural.

Todo esse cenário requer uma mudança de paradigma, pois no modelo atual, para comunicar os resultados das investigações científicas, as universidades, os pesquisadores e a sociedade como um todo saem prejudicados, enquanto que os editores comerciais são os principais beneficiados, pois exigem dos autores a cessão de seus direitos autorais e cobram caro para fornecer acesso aos artigos.

Observou-se que existe apenas um número limitado de repositórios institucionais abertos no Brasil, embora se perceba uma tendência crescente para criá-los. Um passo importante para os repositórios institucionais é definir mecanismos de avaliação por pares de modo a garantir a qualidade do trabalho científico depositado. Isso é essencial para que se obtenha o mesmo reconhecimento dos trabalhos publicados nas revistas científicas e contribui para reduzir o preconceito dos pesquisadores em publicar nesse tipo de base de dados.

Faz-se necessário o compromisso de todos aqueles envolvidos na produção do conhecimento científico, como também

daqueles que gerenciam o patrimônio cultural. Há que se garantir apoio aos repositórios digitais abertos para que possam, efetivamente, tornar-se preservadores e divulgadores da riqueza científica e cultural em nosso país. Lembrando o que afirmam Xianroung e Xiao (2010), as modernas técnicas de comunicação trazem oportunidades ao progresso científico, educacional e desenvolvimento cultural. Assim, esperamos que a “partilha on-line da literatura científica” torne-se uma grande propensão em todo o mundo.

REFLECTIONS ON OPEN ACCESS OF SCIENTIFIC INFORMATION

ABSTRACT: Discusses aspects of the production of scientific knowledge and models of open access to such knowledge. Presents issues relating scientific information and academic libraries, and present concepts, objectives and major initiatives of open access to scientific information in Brazil and in the world showing also some difficulties to the acceptance and implementation of more open access repositories for and technical information scientific. For the construction of the arguments presented in this article was undertaken literature search, which was found by the concern of universities have the scientific held by teachers and students, so as a variety of initiatives in various countries in favor of open access.

KEYWORDS: Scientific Information. Open Access. University Library.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, A. A. et al. Comunicação científica: o papel do Open Archives Initiative no contexto do acesso livre. **Encontros Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. esp., p. 1-17, 2007. Disponível em:

<<http://www.journal.ufsc.br/index.php/eb/article/viewArticle/377>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

BRASIL. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Missão e objetivos: o Portal de Periódicos da Capes**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=missao-objetivos&mn=69&smn=74>. Acesso em: 20 abr. 2012.

_____. Projeto de Lei do Senado Nº 387, de 06 de julho de 2011. Dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências. **DSF**, Brasília, DF, 06 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www.unir.br/html/pesquisa/Pibic/Elaboracao%20de%20Artigo%20Cientifico2006.doc>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Sistema para Construção de repositórios institucionais digitais (DSpace)**. Disponível em: <<http://dspace.ibict.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

BRAVO, Blanca Rodriguez; DIEZ, Maria Luisa Alvite. E-science na dopen Access repositories in Spain. **OCLC Systems & Services International digital library**, v. 23, n. 2, p. 362-371, 2007.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. 2002. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:wizlqt_bsw0J:www.soros.org/openaccess+www.soros.org/openaccess&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 20 mar. 2012.

CHANTAVARIDOU, Elisavet. Contributions of open Access to higher education in Europe and vice versa. **OCLC Systems & Services International digital library**. v. 25, n. 3, p. 167-174, 2009.

GADD, E.; OPPENHEIM, C.; PROBETS, S. ROMEO studies 1: the impact of copyright ownership on academic author self-archiving. **Journal of Documentation**, v. 59, n. 3, p. 243-277, 2003.

GAMA, Janete Gonçalves de Oliveira. **Direito à informação e direitos autorais:** desafios e soluções para os serviços de informação em bibliotecas universitárias. 2008.70p. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP), 2008.

GOMES, L. C. V. B.; BARBOSA, M. L. Impacto da aplicação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) no funcionamento das Bibliotecas Universitárias. In: IV CINFOM – ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E II SNBU-NE – II SEMINÁRIO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DO NORDESTE, 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2003. p. 139-152.

KURAMOTO, Hélio. Acesso livre à informação científica: novos desafios. **Liinc em Revista**, v. 4, n. 2, p. 154-157, set. 2008.

MANIFESTO Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica. Disponível em: <<http://kuramoto.files.wordpress.com/2008/09/manifesto-sobre-o-acesso-livre-a-informacao-cientifica.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2012.

OLIVEIRA, Larissa Melo Bezerra de. **O direito autoral no acesso aberto à literatura científica.** 2008. Monografia (Graduação em Biblioteconomia)- Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PIZZORNO, Ana Cláudia Philippi et al. **Curso de extensão a distância:** interagindo na Biblioteca Universitária : espaços e serviços. Florianópolis: Unisul Virtual, 2003.

PRADO, Heloísa de Almeida. **Organização e administração de bibliotecas.** 2. ed. São Paulo: T. Queiroz, 1992.

SEVERINO, Antônio Joaquim. As revistas científicas brasileiras. In: _____. **Metodologia do trabalho científico.** 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

XIANRONG, Huang; XIAO, Li. Exploring copyright solutions to online-sharing of scientific literature. **Library Hi Tech.** v. 28, n. 3, p. 478-488, 2010.